SICAD
Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências

SUMÁRIO EXECUTIVO

Relatório AnuaL 2020

A Situação do País em matéria de Álcool

Coleção Relatórios

Preâmbulo

Compete ao SICAD apoiar o Coordenador Nacional na elaboração do *Relatório Anual sobre a Situação do País em Matéria de Álcool*. Este Relatório compila a informação de vários parceiros, enquanto serviços fonte, assim como os resultados de vários estudos nacionais. Permite-nos conhecer a situação do país e também, tendo como referencial os Planos Nacionais desta área – este ano ainda o *Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2020 –*, monitorizar as metas neles definidas, com vista à promoção da saúde e do bem-estar social.

Em 2020 foi realizada a avaliação externa do PNRCAD 2013-2020 e deu-se início ao planeamento do ciclo estratégico 2021- 30. A evolução no segundo ciclo de ação (2017-20) não foi tão positiva quanto a do primeiro (2013-16), culminando o ciclo estratégico num cenário de crise único na história recente, com a pandemia do SARS-Cov-2.

No ciclo de ação 2013-2016 foi clara a evolução positiva de alguns indicadores, como a perceção de menor facilidade de acesso ao álcool em idades inferiores às mínimas legais e o retardar das idades de início dos consumos entre os jovens, a diminuição do consumo *per capita*, e ainda importantes ganhos ao nível da morbilidade (em particular a diminuição dos internamentos hospitalares com diagnóstico de *hepatite ou cirrose alcoólicas)* e da mortalidade (por doenças atribuíveis ao álcool e em acidentes de viação).

No início do segundo ciclo verificou-se um aumento dos consumos de risco ou dependência na população geral de 15-74 anos, bem como outros evoluções negativas preocupantes em alguns subgrupos populacionais, como as mulheres e os mais velhos.

Neste ciclo houve também alguns agravamentos nos mais jovens: o aumento do consumo recente e atual, do *binge* e da embriaguez; a não redução do início precoce do consumo de álcool e da embriaguez; e o aumento dos diagnósticos em que crianças/jovens assumem ou são expostos a comportamentos ligados ao consumo de álcool que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento. Acresce a evolução menos positiva nas raparigas, assistindo-se nesta etapa do ciclo de vida a um atenuar das diferenças de género nos padrões de consumo de álcool.

Outras tendências merecedoras de reflexão são o aumento dos utentes em tratamento, o menor acesso e/ou adesão a terapêutica antirretroviral por parte dos utentes seropositivos com problemas relacionados com o uso de álcool comparativamente aos seropositivos com problemas com o consumo de drogas, a subida dos internamentos hospitalares atribuídos ao consumo de álcool e, o agravamento da mortalidade. Por sua vez, no domínio da oferta sobressai, neste segundo ciclo de ação, o aumento das quantidades disponíveis de bebidas alcoólicas para consumo, a par de uma diminuição dos estabelecimentos fiscalizados, da não melhoria das perceções dos jovens sobre a facilidade de acesso a bebidas alcoólicas e da manutenção de estratégias regulatórias menos restritivas para as bebidas alcoólicas do que para outros produtos similares na perspetiva da saúde pública.

No último ano do ciclo estratégico 2013-20 assistimos a múltiplos choques negativos decorrentes da pandemia, com impacto nos consumos, nos mercados e nas intervenções.

Os dados nacionais sobre o impacto inicial da pandemia sugerem alterações nos padrões de consumo de álcool com o confinamento e o distanciamento social. No início da pandemia, foram mais os consumidores a reduzir os consumos do que o inverso. No entanto, o agravamento foi mais comum nos indivíduos com um padrão prévio de consumo mais frequente e problemático, o que alerta para o agudizar da situação em contexto pandémico, dos grupos mais vulneráveis.

Por sua vez, infletindo as tendências anteriores de acréscimo, em 2020 ocorreram variações negativas nos utentes em tratamento por problemas relacionados com o uso de álcool - com uma quebra relevante dos que iniciaram tratamento no ano, e mais acentuada nos novos utentes do que nos readmitidos -, nos internamentos hospitalares por doenças atribuíveis ao álcool e, na mortalidade – por intoxicação alcoólica e por acidentes de viação sob a influência do álcool.

O decréscimo também ocorreu ao nível dos problemas sociais/legais e de vários indicadores dos mercados que vinham a subir desde 2016.

Esta transversalidade dos decréscimos em 2020, não significa forçosamente uma redução dos consumos de álcool e dos problemas, pois reflete também os efeitos da pandemia na atividade dos serviços.

De qualquer forma, a realidade é que no final de 2021 persiste a pandemia global, já com alguns efeitos visíveis - como o agravamento das condições de saúde mental, sobretudo nos já vulneráveis e, o aumento das desigualdades e da pobreza -, mas com potenciais impactos a médio e longo prazo ainda desconhecidos, sendo certo que a atual recessão global se irá refletir nos consumos e mercados de bebidas alcoólicas, embora ainda não saibamos como e quais as implicações para a saúde pública.

Perante o cenário de incerteza e instabilidade partilhado coletivamente, importa perspetivar respostas balanceadas e convergentes nos domínios da redução da procura e do controlo da oferta. Em tempos disruptivos, há que continuar a adaptar e inovar a prestação de serviços e, investir nas redes colaborativas, de forma a melhorar a acessibilidade aos cuidados prestados e assegurar a proteção e segurança das populações.

Enquanto Coordenador Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool, quero expressar o meu sincero reconhecimento e agradecimento a todos os Profissionais e Serviços com responsabilidades no planeamento e implementação das políticas e intervenções nestas áreas. Têm sido tempos difíceis, mas até agora soubemos responder e agir em conjunto, sempre pautados pelo humanismo e pragmatismo e, estou certo, continuaremos a fazê-lo com determinação.

Lisboa, 15 de dezembro de 2021

O Coordenador Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências
e do Uso Nocivo do Álcool

João Castel-Branco Goulão

Sumário Executivo

Desde 2013, o início do ciclo estratégico 2013-2020, foram realizados diversos estudos nacionais na área do álcool, alguns deles inseridos em projetos iniciados há muitos anos e que têm permitido a análise de tendências e a comparabilidade da situação nacional no contexto europeu e internacional, e outros realizados pela primeira vez no atual ciclo estratégico.

No INPG 2016/17 - IV Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Geral, Portugal 2016/17 - realizado na população de 15-74 anos residente em Portugal, as prevalências de consumo de qualquer bebida alcoólica foram de 85% ao longo da vida, 58% nos últimos 12 meses e 49% nos últimos 30 dias, sendo um pouco inferiores as do grupo de 15-34 anos (83%, 52% e 41%).

Entre os consumidores atuais, o consumo diário/quase diário de alguma bebida alcoólica era de 43% (20% dos inquiridos), com 35% dos consumidores a ingerirem diariamente vinho e 15% cerveja, nos últimos 30 dias. As prevalências de consumo binge e de embriaguez severa nos últimos 12 meses foram de 10% e 5% nos 15-74 anos (17% e 9% dos consumidores), e de 11% e 7% nos 15-34 anos (22% e 14% dos consumidores).

Quanto a padrões de consumo abusivo ou dependência de álcool, 2,8% da população (4,9% dos consumidores) tinha, nos últimos 12 meses, um consumo considerado de risco elevado/nocivo e 0,8% (1,3% dos consumidores) apresentava sintomas de dependência (AUDIT), sendo as proporções correspondentes nos 15-34 anos de 2,4% e 0,4% (4,7% e 0,7% dos consumidores).

Em relação a 2012, apesar da relativa estabilidade das prevalências de consumo recente e atual e das de consumo binge e embriaguez na população de 15-74 anos, aumentou a frequência do binge e houve um agravamento dos consumos de risco ou dependência. Este padrão global de evolução encobre variações negativas particularmente preocupantes, como as do grupo feminino e das faixas etárias acima dos 44 anos, e que são por vezes compensados por evoluções positivas no grupo masculino e nos mais jovens.

Persistem relevantes heterogeneidades regionais, destacando-se em 2016/17, os Açores com as prevalências mais elevadas de consumo binge, embriaguez e dos consumos de risco ou dependência, quer na população de 15-74 anos, quer na de 15-34 anos.

De um modo geral, os resultados do INPG, 2016/17 sobre vários indicadores-chave do consumo de álcool foram próximos aos do RARHA SEAS 2015 - Standardised European Alcohol Survey, 2015, como as prevalências de abstinentes, o consumo recente diário/quase diário, o consumo binge e, também a prevalência de abuso e/ou dependência (CIDI - critérios DSM) no

RAHRA SEAS 2015 foi próxima à do consumo de risco elevado/nocivo ou dependência (AUDIT) encontrada no INPG 2016/17. Já quanto à embriaguez severa, o valor do RARHA SEAS 2015 foi duplo ao do INPG 2016/17, o que pode ser devido a diferenças na formulação da questão.

No Inquérito Nacional de Saúde, 2019, 69% da população com 15 ou mais anos (82% dos homens e 58% das mulheres) declarou ter tomado bebidas alcoólicas pelo menos uma vez nos últimos 12 meses, 22% nunca beberam na vida e 8% já beberam, mas não nos últimos 12 meses.

Mais de metade dos residentes em Portugal tinha consumido diariamente (21%) ou regularmente (37%) bebidas alcoólicas nos últimos 12 meses. O consumo diário era mais frequente nos homens do que nas mulheres e também era mais frequente nos 55-74 anos.

Quanto ao consumo arriscado, 30% da população (43% dos consumidores) referiu ter tomado, pelo menos uma vez, 6 ou mais bebidas alcoólicas numa única ocasião ou evento, nos últimos 12 meses. Entre os que tiveram este tipo de consumo, 11% referiu que o fez numa base semanal e 3% todos os dias. Esta prática diária era mais comum nos homens do que nas mulheres e, mais prevalente nos mais jovens, em particular nos 25-34 anos e 35-44 anos.

Em termos de evolução, a prevalência de consumo recente de 2019 foi próxima à de 2014, tendo diminuído o consumo diário e aumentado o consumo arriscado. De um modo geral, estas tendências foram transversais a homens e mulheres e aos vários grupos etários, embora a evolução tenha sido mais positiva nos homens e, nos mais idosos.

Em 2019, foi realizada a 5.ª edição do inquérito anual Comportamentos Aditivos aos 18 anos: inquérito aos jovens participantes no Dia da Defesa Nacional, 2019, e apesar da estabilidade das prevalências de consumo face a 2018, é de assinalar a tendência de aumento gradual e contínuo entre 2015 e 2018 do consumo recente e atual, e do consumo binge e da embriaguez. Por sua vez, em comparação com os alunos de 18 anos persistem algumas diferenças nos padrões de consumo, como um maior consumo diário e uma menor prevalência da embriaguez.

As prevalências de consumo de qualquer bebida alcoólica foram de 88% ao longo da vida, 85% nos últimos 12 meses e de 68% nos últimos 30 dias. Cerca de 9% destes jovens de 18 anos (13% dos consumidores) declarou ter um consumo atual diário/quase diário de bebidas alcoólicas. Nos últimos 12 meses, 52%, 64% e 35% dos inquiridos (62%, 76% e 41% dos consumidores) tiveram consumos binge, experienciaram embriaguez ligeira e embriaguez severa.

Os consumos, e em particular os de risco acrescido, continuam a ser mais expressivos nos rapazes, existindo heterogeneidades regionais - com o Alentejo a continuar a apresentar valores mais elevados -, que importa continuar a monitorizar.

No inquérito online sobre Comportamentos Aditivos em Tempos de Covid-19, realizado em 2020 entre os consumidores de álcool com 18+ anos, foram evidenciadas alterações nos padrões de consumo de álcool com o confinamento e o distanciamento social relacionados com a pandemia (entre março e maio de 2020), e essas alterações variaram, entre outros, em função dos padrões prévios dos consumos.

Na amostra do estudo, maioritariamente com um padrão prévio de consumo de álcool não problemático, 42% declararam ter diminuído os consumos - 26% destes deixaram de beber, 33% passaram a beber com menor frequência, 21% a beber menor quantidade de cada vez e 20% reduziram o consumo de bebidas de maior teor alcoólico – e 21% aumentaram os consumos de álcool - 78% destes passaram a beber com maior frequência, 22% a beber maior quantidade de cada vez e 7% aumentaram o consumo de bebidas de maior teor alcoólico.

Os principais motivos para as alterações dos consumos – destaque para as oportunidades de convívio e de lazer e para os efeitos psicológicos expectáveis - estão em linha com as associações identificadas entre essas alterações e variáveis sociodemográficas (p. ex., a diminuição dos consumos foi mais referida pelos mais jovens e estudantes) e as relativas à vivência da pandemia (p. ex., o aumento dos consumos foi mais comum nos inquiridos com maior stress na pandemia).

Por sua vez, o agravamento dos consumos em indivíduos com um padrão prévio de consumo de álcool mais frequente e problemático evidencia, tal como em outros estudos, que as populações com este tipo de vulnerabilidades são mais suscetíveis à exposição de riscos adicionais em momentos de crise.

Os estudos nacionais de 2018 e 2019 nas populações escolares - o HBSC/OMS em 2018 e o ESPAD e o ECATD-CAD em 2019 – evidenciaram, no conjunto dos alunos alvo dos estudos, uma estabilidade dos consumos face a 2014 e 2015, com pequenas variações tendencialmente no sentido da descida. Todavia, este padrão de evolução não ocorreu em todas as idades.

No HBSC/OMS, 2018 - Health Behaviour in School-aged Children, 2018 -, tal como nos anos anteriores, as bebidas alcoólicas consumidas com maior frequência entre os alunos portugueses do 6.º, 8.º e 10.º ano eram as destiladas e a cerveja, sendo o consumo de vinho menos frequente. Face aos anos anteriores houve um aumento dos consumos diários das várias bebidas alcoólicas. Cerca de 12% destes alunos já se tinham embriagado alguma vez, sendo mais prevalente nos mais velhos (3%, 11% e 26%, dos alunos do 6.º, 8.º e 10.º ano). 5% declararam ter-se embriagado nos últimos 30 dias, 4% entre 1- 3 vezes e 1% com uma frequência superior.

No ECATD-CAD 2019 - Estudo sobre o Consumo de Álcool, Tabaco e Droga e outros Comportamentos Aditivos e Dependências, 2019 -, a nível nacional, a prevalência de consumo ao longo da vida de qualquer bebida alcoólica nos alunos de 13-18 anos foi 68% e, as de consumo recente e atual, 59% e 38%. O consumo atual de bebidas destiladas e de cervejas mantém-se superior ao de vinho, predominando nos mais novos as cervejas (a seguir aos alcopops) e nos mais velhos as destiladas. A prevalência de embriaguez recente foi 32% no caso de ligeira e 20% no caso de severa, e a de consumo binge nos últimos 30 dias foi 20%. Não se constataram diferenças relevantes entre os sexos nas prevalências de consumo recente, e quanto ao binge e embriaguez, as diferenças foram mais claras nos 17 e 18 anos, com os rapazes a reportarem mais estas práticas.

Entre 2015 e 2019, em Portugal Continental, nos alunos de 13-18 anos verificou-se uma estabilidade dos consumos de álcool, com ligeiras variações no sentido da descida na maior parte dos indicadores. São de destacar, enquanto tendências menos positivas, o aumento do consumo recente nos 15-16 anos, do consumo atual e da embriaguez recente e atual nos 16 anos, e o aumento do consumo binge nos mais velhos (16-18 anos). O padrão geral de evolução manteve-se em ambos os sexos, embora a evolução tenha sido mais positiva nos rapazes, assistindo-se a um atenuar das diferenças de género nos padrões de consumo de álcool.

É de notar que as prevalências de consumo recente e atual em 2015 e 2019 foram inferiores, em todas as idades, às de 2011 - ano do estudo anterior ao reforço legislativo de medidas restritivas ao consumo nocivo do álcool -, assim como as de embriaguez recente. No caso do consumo binge, houve um agravamento face a 2015 e 2011 entre os alunos mais velhos.

No ESPAD 2019 - European School Survey Project on Alcohol and Other Drugs, 2019 -, 77% dos alunos portugueses de 16 anos já tinham ingerido bebidas alcoólicas e, 69% e 43% fizeram-no nos últimos 12 meses e últimos 30 dias. Cerca de 24% embriagaram-se nos últimos 12 meses e, nos últimos 30 dias, 11% embriagaram-se e 24% tiveram consumos binge. As diferenças entre os sexos tendem a esbater-se, apresentando já as raparigas uma prevalência de embriaguez recente superior. Contrariamente à tendência nos dois quadriénios anteriores, de diminuição dos

consumos recentes e atuais, e da embriaguez e do binge, entre 2015 e 2019 houve um agravamento nestes indicadores. Apesar da prevalência do consumo recente já ser igual à média europeia, as do consumo atual, embriaguez e binge mantêm-se ainda aquém. Contudo, a evolução nos alunos portugueses foi menos positiva do que a das médias europeias.

As prevalências do início do consumo de álcool e da embriaguez com 13 anos ou menos foram idênticas às de 2015, mantendo-se inferiores às de 2011: 41% tinham iniciado o consumo de álcool e 5% tinham-se embriagado com 13 anos ou menos. As médias europeias foram de 33% e 7%, tendo havido uma evolução positiva face a 2015.

Quanto às perceções do risco associado ao consumo de álcool, em Portugal, 32% dos alunos de 16 anos disse ser de grande risco o consumo diário de 1/2 bebidas e 75% no caso de 4/5 bebidas. 66% considerou ser de grande risco tomar 5 ou mais bebidas no fim de semana. Estas proporções foram superiores às de 2015, 2011 e 2007. Face às médias europeias, os portugueses apresentaram maiores proporções de atribuição de grande risco a estes consumos.

No INCAMP, 2014 - Inquérito Nacional sobre Comportamentos Aditivos em Meio Prisional, 2014-, entre os reclusos, os consumos nocivos fora da prisão eram mais comuns do que na população geral: nos últimos 30 dias antes da reclusão, 23% dos reclusos (39% dos consumidores) embriagaram-se e 33% (57% dos consumidores) praticaram binge, e, 10% já tinham tido algum coma alcoólico fora da prisão. No contexto de reclusão, como expectável, verificou-se uma redução importante dos consumos. Ainda assim, 3% dos reclusos (28% dos consumidores) disseram ter-se embriagado e 4% (34% dos consumidores) praticado binge no último mês na prisão.

Em 2015, no Inquérito sobre comportamentos aditivos em jovens internados em Centros Educativos, 2015, também estes jovens apresentavam, antes do atual internamento, prevalências e padrões de consumo de bebidas alcoólicas mais gravosos do que outras populações juvenis: nos 30 dias antes do internamento, 45% dos jovens tinham tido consumos binge, 53% bebido até ficarem alegres e 29% ficado em estado de embriaguez severa. Com o internamento, houve uma significativa diminuição do consumo recente e atual, bem como destes padrões de consumo.

Em 2020 estiveram em tratamento no ambulatório da rede pública, 12 757 utentes com problemas relacionados com o uso de álcool. Dos 3 505 que iniciaram tratamento no ano, 1 050 eram readmitidos e 2 455 novos utentes. Em 2020 infletiu-se a tendência de acréscimo desde 2009, de utentes em ambulatório, representando -8% face a 2019 e o valor mais baixo nos últimos cinco anos. Os que iniciaram tratamento no ano diminuíram -24% face a 2019, sendo esta redução mais acentuada nos novos utentes (-28%) do que nos readmitidos (-11%), eventualmente reflexo dos efeitos da pandemia nos consumos e nas intervenções.

Após a estabilidade entre 2017-19 nos internamentos em Unidades de Alcoologia/Unidades de Desabituação houve uma descida acentuada em 2020 (477, -58% face a 2019. Também houve um decréscimo dos internamentos em Comunidades Terapêuticas (1 297, -12% face a 2019), infletindo o aumento gradual e contínuo desde 2013.

Nestas populações em tratamento, em 2020, as prevalências de doenças infecciosas situaram-se nos seguintes limites: VIH+ (1% - 3%), VHC+ (4% - 20%) e AgHBs+ (1% - 2%). No conjunto dos utentes em ambulatório, as prevalências de VIH+ têm-se mantido estáveis nos últimos sete anos (entre 2% a 3%) e, as prevalências de VHC+, após os valores mais elevados de 2016 e 2017 (17% e 16%), os dos últimos três anos voltaram a ser idênticos ao de 2015 (12%, o mais baixo dos últimos sete anos). É de notar que nos utentes com problemas relacionados com o uso de álcool, as proporções de seropositivos com terapêutica antirretroviral continuam a ser muito inferiores às dos utentes em tratamento por problemas com o consumo de drogas.

Em 2020 houve em Portugal 4 157 internamentos hospitalares com diagnóstico principal atribuível ao consumo de álcool, na sua maioria relacionados com doença alcoólica do fígado (68%) e dependência de álcool (21%). À semelhança dos outros indicadores, também se verificou em 2020 uma quebra destes internamentos (-19% face a 2019, em Portugal Continental), muito provavelmente devido à pandemia, dado que em 2018 e 2019 os valores vinham a subir, após a diminuição contínua entre 2011 e 2017. Considerando também os diagnósticos secundários, os internamentos são bastante superiores (35 390 em Portugal Continental), verificando-se uma evolução semelhante nos três últimos anos (aumentos em 2018 e 2019, seguidos de quebra em 2020). Estes internamentos representaram 0,30% e 2,69% dos internamentos hospitalares em 2020, caso se considere apenas o diagnóstico principal ou também os secundários, sendo de notar, neste último caso, o aumento nos últimos quatro anos daquelas proporções, atingindo em 2020 o valor mais elevado dos últimos sete anos.

Segundo o INE, IP, em 2019 registaram-se em Portugal 2 507 óbitos por doenças atribuíveis ao álcool (2,2% do total de óbitos), valor próximo ao de 2018 e o segundo valor mais alto dos últimos sete anos. A taxa de mortalidade padronizada para todas as idades foi de 22,1 óbitos por 100 000 habitantes, sendo bastante superior nos 65+ anos (57,3) e, o número médio de anos potenciais de vida perdidos foi de 11,6 anos. 100 óbitos foram atribuídos a perturbações mentais e comportamentais devidas ao uso de álcool e 668 a doença alcoólica do fígado, representando 4% e 27% dos óbitos por doenças atribuíveis ao álcool. É de assinalar os valores mais elevados de óbitos por doenças atribuíveis ao álcool em 2016-2019 face a 2013-2015.

Nos registos específicos do INMLCF, IP, em 2020, dos 960 óbitos positivos para o álcool e com informação da causa de morte, 35% foram atribuídos a morte natural, 34% a acidente, 15% a suicídio e 3% a intoxicação alcoólica. Houve uma diminuição das mortes por intoxicação alcoólica pelo segundo ano consecutivo (-26% face a 2019), representando o valor mais baixo do período 2016-20. Cerca de 39% dos 31 óbitos por intoxicação alcoólica foram positivos só para o álcool, e em 48% foram detetados só álcool e medicamentos, em particular benzodiazepinas. Das 124 vítimas mortais de acidentes de viação que estavam sob a influência do álcool (TAS ≥ 0,5g/l), 79% eram condutores, 12% peões e 9% passageiros. 73% destas vítimas tinham uma TAS ≥ 1,2g/l. É de admitir que a importante quebra em 2020 (-32% face a 2019) se deva, em grande parte, às restrições da circulação com a pandemia, pois desde 2015 que o número destas vítimas vinha a aumentar, com o valor de 2019 a ser o mais elevado do período 2013-20.

Ao nível de problemas sociais/legais, também os indicadores sofreram descidas em 2020. Segundo a CNPDPCJ, em 2020 foram realizados 460 diagnósticos principais relacionados com comportamentos de consumo de bebidas alcoólicas que afetam o bem-estar e desenvolvimento da criança ou jovem (-18% face a 2019), 41 em que a criança/jovem assume esses comportamentos (-45%) e 419 em que ela é exposta a eles (-14%). Apesar dos decréscimos destes diagnósticos em 2020, os valores de 2018 e 2019 foram os mais elevados dos últimos sete anos.

A propósito de problemas relacionados com o consumo de álcool de outros, no RARHA SEAS, 2015 Portugal foi um dos países com menores prevalências de experiência recente de efeitos negativos devido ao consumo de terceiros (33%). Cerca de 16% dos portugueses tinham vivido na infância e/ou adolescência com alguém que tinha um consumo excessivo ou que abusava da bebida e 7% disseram ter ficado muito afetados com essas experiências.

Em 2020 houve 13 693 crimes por condução com TAS ≥ 1,2 g/l, representando 40% dos crimes contra a sociedade e 5% da criminalidade registada. Após o aumento destes crimes entre 2009 e 2012 houve uma tendência de decréscimo, sendo o quinto ano consecutivo em queda (-19% face a 2019). Também se registaram 5 crimes por embriaguez e intoxicação, valor inferior aos dos três anos anteriores e o mais baixo do quinquénio.

A 31/12/2020 estavam em reclusão 114 indivíduos (113 homens) por crimes de condução em estado de embriaguez ou sob a influência de estupefacientes ou substâncias psicotrópicas representando, tal como nos crimes por condução com TAS ≥ 1,2 g/l, um decréscimo pelo quinto ano consecutivo (-9% em relação a 2019 e -62% face a 2015).

No âmbito da criminalidade potencialmente relacionada com o consumo de álcool, à data, não estava disponível a informação sobre as participações de violência doméstica em 2020. Em 2019 foram registadas pelas Forças de Segurança 29 473 participações de violência doméstica, representando um acréscimo de +12% face a 2018 e o valor mais elevado desde 2011, contrariando assim a tendência de diminuição nos últimos anos. As proporções de sinalização de problemas relacionados com o consumo de álcool não sofreram oscilações relevantes desde 2012, variando entre 40% (2017) e 43% (2012).

Os estudos são também ilustrativos da importância da criminalidade relacionada com o consumo de álcool. No INCAMP, 2014, 28% dos reclusos disseram estar sob o efeito de álcool quando cometeram o/os crime/s que motivaram a reclusão. Entre estes crimes destacaram-se o roubo, o furto e as ofensas à integridade física, sendo de um modo geral crimes mais violentos e com penas mais pesadas do que os cometidos sob o efeito de drogas. Por sua vez, em 2015, 42% dos jovens internados em Centros Educativos disseram estar sob o efeito de álcool em alguns dos crimes cometidos e que levaram alguma vez à presença em Centro Educativo.

Quanto às políticas de controlo, e apesar de na primeira parte do ciclo 2013-20 ter havido um investimento legislativo - com medidas mais restritivas na disponibilização, venda e consumo de bebidas alcoólicas e, na condução sob o efeito do álcool -, e a revisão de vários Códigos de Autorregulação, no segundo ciclo de ação poucos foram os avanços nestas matérias. Persistem estratégias regulatórias menos restritivas para as bebidas alcoólicas do que para outros produtos similares do ponto de vista da saúde pública, o que está em linha com estudos que evidenciam que Portugal é um país com políticas de baixo controlo em relação ao álcool e onde também dominam as atitudes favoráveis a políticas "laissez faire".

Tal pode explicar, em parte, que apesar das medidas legislativas mais restritivas em 2013 e 2015, as perceções dos jovens sobre a facilidade de acesso a bebidas alcoólicas não tenham melhorado entre 2015 e 2019.

Também em termos de aplicação de contraordenações relacionadas com a disponibilização, venda e consumo de bebidas alcoólicas, em 2020 a tendência foi de diminuição, o que pode estar ligado ao encerramento dos estabelecimentos de restauração e de diversão noturna e à proibição do consumo de álcool na via pública em determinados horários no contexto da pandemia.

No âmbito da fiscalização relativa à disponibilização, venda e consumo de bebidas alcoólicas, à data, não estavam disponíveis os dados de 2020. Em 2019 foram fiscalizados 11 041 estabelecimentos, o número mais baixo do quinquénio (-7% face a 2018 e -30% face a 2015). Após o aumento entre 2013 e 2015, anos de introdução de medidas mais restritivas nesta matéria, tem vindo desde 2016 a diminuir de forma contínua o número de estabelecimentos fiscalizados, embora se mantenha com valores acima dos de 2014 e 2013. Foram registadas várias infrações, entre elas, 96 relacionadas com a tinham disponibilização/venda de bebidas alcoólicas a menores, número inferior aos dos dois anos anteriores. Em 2020 foram aplicadas em Portugal Continental 51 contraordenações relacionadas com a disponibilização/venda a menores, 10 com restrições de locais e horários e 315 contraordenações relativas à afixação de avisos. A tendência foi de diminuição generalizada destas contraordenações, e em particular das relacionadas com menores.

A transversalidade das variações negativas em 2020, não refletem necessariamente uma redução da magnitude dos consumos e problemas relacionados, pois há a considerar também o impacto negativo da pandemia na atividade dos serviços.

Também vários indicadores dos mercados apresentaram quebras em 2020, infletindo a subida entre 2016 e 2019, após a descida no período de recessão económica nacional.

Em 2019, segundo as estimativas do GISAH para Portugal, o consumo de álcool per capita (15+ anos) era de 12,1 litros de álcool puro por ano (19,5 nos homens e 5,6 nas mulheres). A tendência de decréscimo do consumo registado desde 2005 inverteu-se a partir de 2014, mantendo-se os valores do último quinquénio aquém dos registados até 2011. Face à Região Europa OMS, os valores nacionais eram superiores, havendo também diferenças na estrutura do consumo (mais consumo de vinhos e menos de espirituosas). As projeções indicam uma descida do consumo de álcool per capita até 2025 em Portugal.

As estimativas nacionais mais recentes (INE, IP, BAP) sobre as disponibilidades diárias per capita de álcool apontam para um consumo médio diário de 17,2 g de álcool/hab. em 2020 (-20% face a 2019), correspondendo 60% ao consumo de vinhos, 30% ao de cervejas, 6% ao de espirituosas, e 4% ao consumo de outras bebidas fermentadas. Após a subida contínua destes valores entre 2014 e 2017, houve uma estabilidade em 2018 e 2019, seguida de uma quebra em 2020, em parte ligada ao encerramento de estabelecimentos da restauração e de diversão noturna no contexto pandémico.

Quanto ao volume de vendas de bebidas alcoólicas, segundo a AT, em 2020 venderam-se em Portugal Continental 461,3 milhões de litros de cerveja, 26,4 milhões de litros de outras bebidas fermentadas, 12,8 milhões de litros de produtos intermédios e 6,3 milhões de litros de bebidas espirituosas. Estes valores sofreram uma descida face a 2019 (maior nos produtos intermédios e bebidas espirituosas), após as subidas em 2018 e 2019 nos quatro segmentos de bebidas. Segundo o IVV, IP venderam-se em Portugal Continental 250,6 milhões de litros de vinhos tranquilos, o valor mais baixo desde 2016 (-10% face a 2019). Esta quebra no volume de vendas surge após a tendência de aumento entre 2015 e 2019.

À exceção do vinho, cuja taxa do IABA se mantém a 0,00 €, nos últimos cinco anos, as variações das taxas do IABA foram idênticas nos vários segmentos de bebidas alcoólicas (cerca de +4% entre 2016 e 2020), sendo de notar que em 2019 e 2020 não houve atualizações destas taxas. Em Portugal Continental, as receitas do IABA no conjunto dos quatro segmentos de bebidas alcoólicas foram de 184,1 milhões de euros em 2020, contribuindo as bebidas espirituosas e a cerveja respetivamente com 49% e 44% dessas receitas. A variação negativa em 2020 (-17% face a 2019) contraria a tendência de aumento contínuo no período 2013-19, sendo o valor de 2020 o mais baixo desde 2016.

Importa haver vontade política para investir numa efetiva política de preços, considerada pela OMS como tendo claros efeitos na redução dos problemas ligados ao consumo de álcool.

REPÚBLICA PORTUGUESA
SAÚDE

SNS SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

SICAD Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências

Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências
Tel: +351 211 119 000 | E-mail: sicad@sicad.min-saude.pt | www.sicad.pt
twitter.com/sicad_portugal | www.facebook.com/SICADPortugal